

Introdução: encontros entre o Marxismo e as Relações Internacionais

Caio Bugiati

DOI: 10.5752/P.1809-6182.2021v18n3p4

Inicialmente o nome pensado para este pequeno dossiê – o terceiro organizado por nós – foi *(Des)Encontros entre o Marxismo e as Relações Internacionais: exclusões, embates e inserções*. Mas a teoria e as análises marxistas na área de Relações Internacionais têm tido um desenvolvimento profícuo nos últimos anos no Brasil que os artigos apresentados aqui têm mais o sentido de encontros. Com o intuito de lastreá-los, a seguir procuramos fazer breves considerações sobre a teoria marxista e os estudos trazidos para esta publicação, deixando tais encontros para que o/a leitor/a os aprecie nos próprios artigos dos/as nossos/as autores/as.

No primeiro artigo, *As contribuições do debate Mandel-Poulantzas para o estudo da integração regional: um contraponto às interpretações liberais*, de Kayque Ferraz, o Marxismo encontra o tema da Integração Regional. No segundo, *Imperialidade: uma breve crítica*, de Rodrigo de Paula Abi-Ramia, o Marxismo dialoga com as Teorias das Relações Internacionais, particularmente (e criticamente) com a teoria decolonial. Ambos abordam uma das teorias marxistas mais pertinentes às Relações Internacionais, a teoria do imperialismo.

É comum pensar que a teoria do imperialismo está fora da obra de Marx e Engels. Porém essa constatação é parcialmente assertiva. No capítulo 14 do terceiro volume d' *O Capital* (editado por Engels), Marx (2017)

nota a importância da exportação de capital para os países periféricos como contratendência à queda tendencial da taxa de lucro. Engels no *Anti-Düring* (2015) já havia percebido a formação de monopólios a partir da concorrência capitalista, as relações entre a burguesia e o Estado e o papel organizador deste em tal formação. Comenta no prefácio de 1892 à edição alemã da *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (ENGELS, 2010) que a Inglaterra praticava um monopólio industrial sobre o mercado mundial e por causa disto o capitalismo inglês pôde fornecer ganhos a uma parcela da classe trabalhadora, mediante a luta dos sindicatos que se formavam. Contudo, o surgimento dos monopólios alemães, franceses e estadunidenses interferiu nesse monopólio inglês, o que inaugurou um período de luta de classes aguda na Inglaterra.

Neste sentido, é notável o comentário de Engels no capítulo 30 do terceiro volume d' *O Capital*:

Desde a última crise geral de 1867, ocorreram grandes mudanças. A expansão colossal dos meios de transporte – navios a vapor transatlânticos, ferrovias, telégrafos elétricos, canal de Suez – criou, pela primeira vez, de fato, o mercado mundial. Vários países industriais passaram a competir com a Inglaterra, que antes monopolizava a indústria; ao investimento do capital excedente europeu abriram-se, em todas as partes do mundo, campos infinitamente maiores e mais diversi-

ficados, permitindo que ele fosse distribuído com maior amplitude e que a super-especulação local fosse superada com mais facilidade. Por tudo isso, conseguiu-se eliminar ou enfraquecer consideravelmente a maior parte dos focos de crises e das oportunidades de formação de crises anteriores. Ao mesmo tempo, a concorrência no mercado interno recua diante de cartéis e trustes, ao mesmo tempo que é limitada no mercado externo pelas tarifas protecionistas de que lançam mão todos os grandes países industriais, com exceção da Inglaterra. Mas essas próprias tarifas protecionistas não passam de um armamento para a batalha final e geral da indústria, que deverá decidir o domínio do mercado mundial. Assim, cada um dos elementos que se opõem à repetição das velhas crises traz em si o germe de uma crise futura muito mais violenta (ENGELS, nota de rodapé 8, p. 546 em MARX, 2017b).

Estes comentários de Engels, assim como suas outras observações mencionadas, contêm elementos da teoria do imperialismo: monopólio, grande burguesia, Estado, exportação de capital, partilha do mundo e guerra. Por isso Mandel (1967) afirma que a teoria do imperialismo de Lenin decorre das observações do amigo de Marx.

Assim a teoria marxista do imperialismo começou a ser desenvolvida após a morte dos fundadores do socialismo moderno. A teoria do imperialismo investiga, em geral, os processos de acumulação de capital em escala mundial, na chamada fase do capitalismo monopolista. Isto é, quando as empresas capitalistas que antes concorriam em relativa igualdade em busca de lucros (capitalismo concorrencial) dão lugar a grandes conglomerados empresariais (monopólio/ capitalismo monopolista) os quais controlam setores variados da economia nacional e internacional e interferem diretamente no Estado. A teoria do imperialismo investiga, de modo específico, a localização e a dinâmica do

fenômeno no contexto da divisão política do mundo em países centrais e periféricos. Tal dinâmica consiste na acumulação e exportação de capital dos Estados capitalistas centrais e suas burguesias para outros países centrais e periféricos, o que implica em exploração econômica e conflitos políticos (podemos falar também em subordinação ideológica). Acumulação e exportação de capital formam a base do alastramento e da manutenção do modo de produção capitalista pelo mundo e da formação da divisão política do capitalismo global em centro e periferia. A luta política, sobretudo das classes dominantes de diferentes Estados, para implementar um desenvolvimento autônomo do capitalismo em espaços nacionais é igualmente decisiva para inserção internacional do país, uma vez que o imperialismo é uma relação de força. Nesse sentido, a teoria do imperialismo constata que a relação entre centro e periferias é de exploração e subordinação, porém admite – em suas diferentes variantes no interior do Marxismo – que as grandes potências capitalistas podem manter relações de cooperação ou conflito, o qual pode ser o prelúdio da guerra.

Uma síntese não exaustiva dos debates marxistas sobre o imperialismo pode ser organizada em três momentos diferentes e sucessivos. As teorias pioneiras, à época da I Guerra Mundial, estão em Vladimir Lenin (1982), Nicolai Bukharin (1986), Karl Kautsky (2008) e Rosa Luxemburgo (1985). Teorias do pós-II Guerra Mundial estão em Harry Magdoff (1972; 1979), Ernest Mandel, (1967; 2009; 1982) e Nicos Poulantzas (1974; 1978). Teorias contemporâneas estão em Harvey (2004), Callinicos (2009), Panitch e Gindin (2012) e Wood (2014). Neste dossiê, Ferraz se vale do segundo debate para se contrapor às teorias liberais de integração regional e para fornecer

novas ferramentas teóricas. Abi-Ramia se vale do primeiro para criticar o conceito de imperialidade de Luciana Ballestrin e se propõe a aproximar os estudos sobre imperialismo e colonialidade para explicar as relações internacionais contemporâneas.

No terceiro artigo, *A teoria da dependência nos Estudos de Paz e Defesa*, de **Diego Lopes da Silva e Héctor Luís Saint-Pierre**, o Marxismo encontra os estudos de Segurança Internacional. Os autores destacam o subutilizado emprego das Teorias de Dependência nos Estudos de Paz e Defesa e fornecem um novo enquadramento conceitual ao estudo da militarização na América Latina.

Assim como na teoria do imperialismo, Marx e Engels deixaram seu legado para as Teorias Marxistas da Dependência. Em seus textos sobre o colonialismo, por exemplo, Marx e Engels (1981) entendem que a extração de riqueza das colônias é um processo que torna tais áreas empobrecidas e dificulta um desenvolvimento autônomo do capitalismo. Com esta e outras inspirações, as Teorias Marxistas da Dependência (em intenso diálogo com a teoria do imperialismo) tratam do desenvolvimento socioeconômico e político do capitalismo na periferia do sistema internacional como um processo condicionado por forças estrangeiras. Em geral o problema apontado é a extração da riqueza/excedente de países periféricos pelos países centrais, levando ao empobrecimento daqueles e impedindo-os de atingirem os padrões de desenvolvimento capitalista destes. Historicamente, o colonialismo teve um papel intenso nesse processo, assim como tem atualmente o imperialismo. Fundamentalmente, a dependência não é considerada uma fase transitória pela qual os países têm de passar, mas sim como uma condição estrutural no desenvolvimento desigual do capitalismo global.

Os mecanismos de extração de riqueza são variados, como troca comercial desigual, remessas de lucros ao exterior, pagamentos de serviços de dívida, fuga de capitais, entre outros. Entretanto, destacamos aqui que estruturas sociais peculiares se estabelecem na periferia, notadamente a formação de uma fração da burguesia que está associada a forças estrangeiras. Chamada por vezes de burguesia entreguista, essa fração da classe dominante se mobiliza e se organiza para atender interesses estrangeiros em detrimento da população espoliada, obtendo inclusive parcela da extração de riqueza que lhe permite estar enquadrada como burguesia. A existência e a força dessa fração são determinantes para o desenvolvimento autônomo do capitalismo em um país. Isso significa que quanto maior a sua força em um Estado nacional, mais intensas são as relações de dependência. Por outro lado, sua fraqueza pode ser reflexo de certo grau de desenvolvimento autônomo do capitalismo em um país, liderado por frações da burguesia nacional, coalizões de classe nacionais ou forças estatais, e de inserção internacional relativamente independente do Estado. Desenvolvimento e inserção que provocam atritos com as potências capitalista, sem, contudo, quebrar a estrutura global de dependência. Esta perspectiva de redefinição dos laços de dependência está ligada às teses de Cardoso e Faletto (2004), que admitem que a dependência comporta desenvolvimento.

Já eliminação dessa fração burguesa pode estar relacionada a um amplo processo de mudança econômica e política radical com vistas a superação do capitalismo, destruindo assim as relações de dependência. Esta perspectiva, segundo a qual os laços de dependência só podem ser rompidos de maneira revolucionária, está ligada às teses de Marini (1969).

Os autores do artigo se utilizam destas teorias para apresentar um rico conjunto de ideias sobre os Estudos de Paz e Defesa com olhar sobre a periferia do capitalismo global. Argumentam que a condição de dependência nos Estados periféricos se dá igualmente em seus aparatos militares subordinados aos Estados centrais. Condição que apresenta chances escassas de garantir autossuficiência na produção de armamentos e autônima de decisão política. E propõe um programa de pesquisa que questione a militarização dependente e aponte para autonomia militar e política na periferia.

O quarto e último artigo, *Diálogos entre o marxismo e a teoria do confronto político nos estudos do ativismo transnacional*, de **Teresa Cristina Schneider e Wesley Nogueira Gomes**, traz à tona uma temática “mais tipicamente marxista” e pouco desenvolvida nos seus encontros com as Relações Internacionais, o internacionalismo proletário.

Diferentemente das teorias do imperialismo e da dependência, que estão em estágio embrionário na obra de Marx e Engels, o internacionalismo proletário aparece mais desenvolvido e permeia seus escritos e suas atividades políticas. Marx e Engels releeram a ideia de fraternidade universal da Revolução Francesa com perspectiva de classe. No artigo *The festival of nations in London*, publicado no periódico *The Northern Star*, Engels (1845) critica a fraternidade burguesa entre as nações, para ele tão ridícula “como as frases sobre a união das nações sob a égide do livre comércio universal” (ENGELS, 1845, s/p. Tradução nossa). E acrescenta que a fraternização universal é obra do proletariado, os únicos que de fato são realmente capazes realiza-la, “pois a burguesia de cada país tem seus próprios interesses específicos, e como esses interesses são os mais importantes

para ela, ela nunca pode transcender a nacionalidade” (ENGELS, 1845, s/p. Tradução nossa). Então Engels desfere:

Mas os proletários em todos os países têm um e o mesmo interesse, um e o mesmo inimigo, e uma e a mesma luta. A grande massa de proletários está, por sua própria natureza, livre de preconceitos nacionais e toda sua disposição e movimento é essencialmente humanitária, antinacionalista. Somente os proletários podem destruir a nacionalidade, somente o despertar do proletariado pode provocar a confraternização entre as diferentes nações (ENGELS, 1845, s/p. Tradução nossa)

Solidariedade, organização, articulação e mobilização entre trabalhadores/as de diferentes países para luta revolucionária que supere o capitalismo em âmbito mundial, esta é a mensagem de Engels nesta passagem (e no artigo como um todo). Marx complementa ao escrever que as condições comuns dos proletários são mais que projeto de cooperação entre fronteiras, são projetos que podem provocar uma grande revolução social que se apropriará das grandes realizações da época burguesa, o mercado mundial e as modernas forças produtivas (MARX, 1853, s/p.)

A mensagem de Engels e o complemento de Marx reverberam nos documentos da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT ou I Internacional) e no *Manifesto comunista*. Naqueles Marx registrou que a I Internacional servia para “proporcionar um meio central de comunicação e cooperação entre as sociedades de trabalhadores existentes em diferentes países e visando o mesmo fim: a proteção, o avanço e a completa emancipação das classes trabalhadoras” (MARX, 1871, s/p.). Neste, é conhecida a menção, de reconhecimento da importância das lutas nacionais dos/das trabalhadores/as. É a forma que a luta assume em um primeiro momento, de acerto de contas com sua própria

burguesia e conquista do poder político (Estado). O que não está em oposição com sua essência, a luta internacionalista. Afinal, o proletariado não tem pátria, não tem nada a perder a não ser seus grilhões (MARX; ENGELS, 2010).

Para a autora e o autor do artigo o internacionalismo proletário, que avança em teorização e prática com Rosa Luxemburgo e Lenin por exemplo (e outros mais contemporâneos), encontra ressonâncias na Teoria do Conflito Político. Procuram estabelecer um diálogo entre a dimensão transnacional da luta revolucionária com o ativismo transnacional contemporâneo, indicando a importância de compreender a dinâmica do capitalismo como parte da conjuntura que interfere nos padrões de protestos transfronteiriços.

REFERÊNCIAS

- BUKHARIN, Nikolai Ivanovitch. **A economia mundial e o imperialismo: esboço econômico**. São Paulo: Nova Cultural (Os economistas), 1986.
- CALLINICOS, Alex. **Imperialism and global political economy**. Cambridge: Polity Press, 2009.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- ENGELS, Friedrich. **Anti-Dühring**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- ENGELS, Friedrich. Para a história da liga dos comunistas. **Obras Escolhidas em três tomos**. Lisboa/Moscou: Editorial "Avante!"/Edições Progresso, 1982. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1885/10/08.htm>. Acesso em maio de 2022.
- ENGELS, Friedrich. The festival of nations in London. **Marx and Engels Collected Works**, volume 6. Publicado em The Northern Star, 1845. Disponível em www.marxists.org (<https://marxists.architexturez.net/archive/marx/works/1845/12/01.htm>). Acesso em maio de 2022.
- HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2005.
- KAUTSKY, Karl. O imperialismo e a guerra. **Revista História e luta de classes**, ano 4, edição nº5, 2008.
- LENIN, Vladimir. **Imperialismo: fase superior do capitalismo. Obras escolhidas em três tomos**. São Paulo: Alfa Omega, 1982.
- LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo**. São Paulo, Nova Cultural (Os economistas), 1985.
- MAGDOFF, Harry. **A era do imperialismo**. Porto: Portucalense, 1972.
- MAGDOFF, Harry. **Imperialismo: da era colonial ao presente**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- MANDEL, Ernest. **Europe vs. America**. New York: Monthly Review Press, 2009.
- MANDEL, Ernest. International Capitalism and "Supra-Nationality". **Socialist Register**, 4, pp. 27-41, 1967
- MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural (Os economistas), 1982.
- MANDEL, Ernest. The laws of uneven development. **New Left Review**, n. 59, 1970.
- MANDEL, Ernest. **Two essays on imperialism**. New York: Young Socialist Alliance, 1966. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/mandel/1955/08/imp-crit.html>. Acesso em maio de 2022.
- MARINI, Ruy Mauro. **Subdesarrollo y revolución**. Mexico, DF: Siglo Veintiuno, 1969.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Acerda del colonialismo**. Moscou: Editorial Progreso, 1981.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, Karl. General Rules of the International Working Men's Association. Marx & Engels **Internet Archive (marxists.org)**. Publicado em 1871. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/marx/works/1864/10/27b.htm>. Acesso em maio de 2022.
- MARX, Karl. **O Capital**. Livro III. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARX, Karl. The Future Results of British Rule in India. **Marx and Engels Collected Works**, volume 12. Publicado no The New York Daily Tribune em 1853. Disponível em: <http://dcac.du.ac.in/documents/E-Resource/2020/Metrial/422Aa-kanshaNatani2.pdf>. Acesso em maio de 2022.
- PANITCH, Leo; GINDIN, Sam. **The making of global capitalism: the political economy of american empire**. London: Verso, 2012.
- POULANTZAS, Nicos. **As classes sociais no capitalismo hoje**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- POULANTZAS, Nicos. Internationalization of Capitalist Relations and the Nation-State. **Economy and Society**, 3, 2, pp. 145-79, 1974.
- WOOD, Ellen. **O império do capital**. São Paulo: Boitempo, 2014.